

Talden Farias

COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL:

Fiscalização, Sanções e Licenciamento
Ambiental na Lei Complementar 140/2011

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Talden Farias

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F224c

Farias, Talden

Competência administrativa ambiental : fiscalização, sanções e licen-
ciamento ambiental na lei complementar 140/2011 / Talden Farias. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 179-200.

ISBN 978-65-5510-183-6

1. Licenciamento ambiental. 2. Sanção administrativa. 3. Fiscalização.
4. Competência administrativa. 5. Direito ambiental. I. Título.

CDD 344.81046

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. A Repartição da Competência Administrativa em Matéria Ambiental antes da Lei Complementar n. 140/2011.....	7
1.1 A competência administrativa em matéria ambiental antes da Lei Complementar n. 140/2011.....	7
1.2 Competência fiscalizatória e sancionatória antes da Lei Complementar n. 140/2011.....	11
1.3 Competência licenciatória antes da Lei Complementar n. 140/2011 ...	22
1.3.1 Interpretação literal do art. 23 da Constituição Federal.....	24
1.3.2 Aplicação da Lei n. 6.938/81.....	27
1.3.3 Aplicação da Resolução n. 237/97 do CONAMA.....	34
1.3.4 Aplicação do critério da titularidade da área ou do bem.....	43
1.3.5 Interpretação à luz dos princípios constitucionais de repartição de competência.....	49
2. A Repartição da Competência Administrativa em Matéria Ambiental na Lei Complementar n. 140/2011.....	53
2.1 A Lei Complementar n. 140/2011.....	53
2.2 Competência fiscalizatória na Lei Complementar n. 140/2011.....	55
2.3 Competência sancionatória na Lei Complementar n. 140/2011.....	65
2.4 Competência licenciatória na Lei Complementar n. 140/2011.....	75
2.4.1 Licenciamento ambiental em um único nível.....	76
2.4.2 Competência licenciatória da União.....	88
2.4.3 Competência licenciatória dos Estados.....	112
2.4.4 Competência licenciatória dos Municípios.....	113
2.4.5 Competência licenciatória do Distrito Federal.....	114

3. A Competência Administrativa em Matéria Ambiental dos Municípios na Lei Complementar n. 140/2011	115
3.1 A necessidade da regulamentação da competência administrativa dos Municípios em matéria ambiental.....	115
3.2 O reconhecimento da competência administrativa dos Municípios pela Lei Complementar n. 140/2011	123
3.2.1 Atividades localizadas em unidades de conservação municipais exceto APA.....	128
3.2.2 Atividades de impacto ambiental de âmbito local segundo a definição do COEMA.....	130
3.3 Inconstitucionalidade da alínea a do inciso XIV do art. 9º da Lei Complementar n. 140/2011.....	133
3.3.1 Desrespeito à autonomia dos Municípios.....	136
3.3.2 Desrespeito ao princípio da separação dos poderes	144
3.3.3 Desrespeito ao princípio da legalidade e ao princípio da reserva legal	147
3.3.4 Falta de legitimidade dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente	148
3.4 O interesse local: em busca da definição da competência municipal ...	151
3.5 As condições materiais para o licenciamento ambiental municipal.....	156
4. Reflexos da Lei Complementar 140/2011	163
4.1 Poder de polícia do Instituto Chico Mendes.....	163
4.2 A Lei Complementar 140/2011 e a cobrança da TCFA.....	170
Considerações Finais	177
Referências	179